

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

28/ JUNHO / 2021

RECEITA PODE COBRAR IRPJ E CSLL APÓS ENCERRAMENTO DE PROCESSO JUDICIAL

Entendimento está na Solução de Consulta nº 92, editada pela Cosit
Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais ...](#)

DOADOR NÃO PRECISA PAGAR IR SOBRE AÇÕES

Receita Federal orienta que só há tributação se as cotas de fundos fechados forem transmitidas pelo valor de mercado
Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia mais ...](#)

SUPREMO JULGARÁ REGULAMENTAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Pedido de destaque desloca análise da questão para sessão por videoconferência
Por Beatriz Olivon — de Brasília

[Leia mais ...](#)

ISS INCIDE NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA

Para o Plenário, permitir o abatimento exige edição de lei específica, por reduzir a base de cálculo de tributo.

[Leia mais ...](#)

STF

STF DERRUBA PREFERÊNCIA DA UNIÃO EM RELAÇÃO AOS ESTADOS EM EXECUÇÕES FISCAIS

Para maioria, preferência cria uma hierarquia entre os entes que fere o pacto federativo previsto na Constituição
HYNDARA FREITAS

[Leia mais ...](#)

SUPREMO ANALISARÁ TAXAÇÃO DE REMESSAS AO EXTERIOR

Empresas questionam exigência da Cide sobre remunerações de contratos em que não há transferência de tecnologia
Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia mais ...](#)

Autonomia | Banco Central

BARROSO VOTA A FAVOR DA AUTONOMIA DO BC; TOFFOLI PEDE DESTAQUE

O ministro considerou inexistente vício de inconstitucionalidade formal na lei questionada.

[Leia mais ...](#)

STF INICIAL JULGAMENTO SOBRE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS POR ESTRANGEIROS

O plenário do STF julga as ACO 2463/DF e ADPF 342/DF, Relator(a): MARCO AURÉLIO que examinará a constitucionalidade do artigo 1º, § 1º, da Lei 5.709/1971, que restringe a aquisição de imóveis rurais por pessoas jurídicas brasileiras cuja maioria do capital social pertença a estrangeiros.

ICMS SOBRE OPERAÇÕES COM SOFTWARES

O plenário do STF iniciou o julgamento da ADI 5576/SP, Relator(a): ROBERTO BARROSO, em que se questiona a constitucionalidade de leis do Estado de São Paulo que dispõem sobre a incidência do ICMS sobre o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador (softwares).

O julgamento virtual inicia no dia 25/06/2021 com previsão para ser concluído em 02/08/2021

ICMS SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DE ENERGIA ELÉTRICA

O plenário do STF iniciou o julgamento da ADI 6144/AM e ADI 6624/AM, Relator(a): DIAS TOFFOLI, em que se discute a constitucionalidade do Decreto 40.628/2019 do estado do Amazonas, que modificou a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) aplicável às operações com energia elétrica.

O julgamento virtual inicia no dia 25/06/2021 com previsão para ser concluído em 02/08/2021

REFORMA TRABALHISTA

JULGAMENTO DE ADI SOBRE QUÓRUM PARA APROVAÇÃO DE SÚMULA TRABALHISTA É SUSPENSO

O julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade que discute a exigência de quórum qualificado (dois terços) para aprovação ou revisão de súmulas ou enunciados trabalhistas foi suspenso — o ministro Gilmar pediu vista nesta segunda-feira (21/6). O caso estava sendo apreciado pelo Plenário virtual da Corte, em sessão que se encerra na próxima sexta.

[Leia mais ...](#)

ADI 4376

ADI SOBRE IPVA DE LOCADORAS SERÁ ANALISADA EM PLENÁRIO FÍSICO

A lei questionada na ADI prevê que os veículos paguem IPVA em SP mesmo que a sede da empresa não seja no estado
FLÁVIA MAIA

[Leia mais ...](#)

DIREITO DO TRABALHO

STF JULGARÁ COM REPERCUSSÃO GERAL PENALIZAÇÃO MAIS AMPLA DO TRABALHO ESCRAVO

TRF1 decidiu que ausência de instalações sanitárias e endividamento dos trabalhadores não configuraria trabalho escravo
LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia mais ...](#)

1ª SEÇÃO

STJ PERMITE COBRANÇA DE JUROS SOBRE MULTA PERDOADA EM REFIS

Decisão evita que a União a devolva às empresas 5% de todo o valor arrecadado no Refis da Crise
FLÁVIA MAIA

[Leia mais ...](#)

RECURSOS REPETITIVOS

STJ DISCUTE PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA DADO COMO GARANTIA DE LOCAÇÃO COMERCIAL

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu analisar, sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.091), se é possível penhorar bem de família de propriedade do fiador, dado em garantia em contrato de locação comercial.

[Leia mais ...](#)

CONDUTA DESLEAL

MESMO SEM CONTRATO ASSINADO, STJ ADMITE RESCISÃO DE FRANQUIA E INDENIZAÇÃO

Por Danilo Vital

A prática de conduta contraditória desleal pela franqueada tem força para impedir a alegação de nulidade do contrato de franquia que não foi assinado e devolvido. Mesmo sem observar a forma legal, é cabível a rescisão contratual, com imposição de multa e indenização por perdas e danos.

[Leia mais ...](#)

RESCISÃO DE CONTRATO

STJ DEFINIRÁ APLICAÇÃO DO TEMA 938 E SE PRESCRIÇÃO É TRIENAL OU DECENAL

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu submeter a procedimento de revisão/distinção o Tema 938, com o propósito de definir se uma das teses fixadas no repetitivo é aplicável às hipóteses em que o pedido de restituição da comissão de corretagem tem base não na abusividade de cláusula contratual, mas na suposta culpa da construtora pela resolução do contrato, e definir, também, se o prazo prescricional aplicável é trienal ou decenal.

[Leia mais ...](#)

A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

VALORES DE TERCEIROS COM EMPRESA EM RECUPERAÇÃO NÃO ENTRAM NO PROCESSO

Valores de terceiros que estejam, em decorrência de contrato, na posse de sociedade em recuperação judicial devem ser excluídos dos efeitos do processo de soerguimento. Assim entendeu a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao deferir o pedido de duas empresas para excluir cerca de R\$ 208 mil dos efeitos da recuperação de uma outra empresa, contratada pelas primeiras para prestar serviços de administração financeira.

[Leia mais ...](#)

TRF MANTÉM CONDENAÇÃO DE CONTRIBUINTE E CONTADOR POR SONEGAÇÃO FISCAL DE R\$ 82,5 MIL

Inserção de despesas médicas e de instrução fictícias na declaração gerava diminuição do imposto a pagar ou aumento do valor da restituição

[Leia mais ...](#)

ILÍCITO LUCRATIVO

LABORATÓRIO NÃO PODE VENDER REMÉDIO COM MESMA COMPOSIÇÃO DE PRODUTO PATENTEADO

Por Tábata Viapiana

A antecipação de tutela defere-se a quem tem aparência de bom direito decorrente do ato administrativo expedido pelo INPI. O entendimento é da 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo ao proibir um laboratório farmacêutico de vender remédios com a composição igual a de um produto patenteado por uma concorrente.

[Leia mais ...](#)

JUSTIÇA ANULA COBRANÇA DE ADICIONAL DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Valor passou a ser exigido de indústrias após decisão do Supremo sobre o tema

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia mais ...](#)

DIREITO DA COLETIVIDADE

DANOS AMBIENTAIS EM ÁREA DE PROTEÇÃO DEVEM SER REPARADOS POR DONOS DE RANCHO

Por Tábata Viapiana

A preservação do meio ambiente é um direito difuso da coletividade, essencial para concretização da vida e o sucesso do compromisso com as futuras gerações.

[Leia mais ...](#)

SELIC X IPCA

TJ-SP AFASTA APLICAÇÃO DA TAXA SELIC NO CÁLCULO DE JUROS EM EXECUÇÃO FISCAL

É legítima a incidência de multa, juros e correção calculada pelo IPCA, e não pela Selic, na hipótese de atraso no pagamento de taxa de polícia, conforme previsão expressa do Código Tributário Municipal.

[Leia mais ...](#)

IMPOSTO DE RENDA E CBS

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS DA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO BOLSONARO

Ministério da Economia apresentou projeto para reformar imposto de renda nesta sexta-feira (25/6)

[Leia mais ...](#)

VIDA MAIS FÁCIL

CÂMARA APROVA MP QUE SIMPLIFICA ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (23/6) a Medida Provisória 1040/21, que tem o objetivo de eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas. A matéria será agora enviada ao Senado Federal.

[Leia mais ...](#)

PORTARIA SIMPLIFICA TROCA DE BENS IMPORTADOS COM DEFEITO

Segundo ministério, nova norma alinha Brasil a compromissos da OMC
Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia mais ...](#)

PIS/COFINS – EMBALAGEM PARA TRANSPORTE – CRÉDITOS – IMPOSSIBILIDADE

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/06/2021 | Edição: 118 | Seção: 1 | Página: 62

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria de Tributação e Contencioso/Coordenação-Geral de Tributação

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 95, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

[Leia mais ...](#)

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO DESTINADA A RETRIBUIR O TRABALHO. EXCLUSÃO DE VALORES RELATIVOS A COPARTICIPAÇÕES. IMPOSSIBILIDADE.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/06/2021 | Edição: 116 | Seção: 1 | Página: 305

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria de Tributação e Contencioso/Coordenação-Geral de Tributação

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 96, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).